

SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.
CNPJ/MF nº 02.286.509/0001-78
NIRE nº 33.300.166.521

ATA DA 13ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I – Data, Hora e Local: I.1. Em 6 de junho de 2007, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Moncorvo Filho nº 66, sala 201- parte, Centro, Cep. 20211-340. **II – Aviso de Convocação:** II.1. Foi dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **III – Presença:** III.1 Compareceram à assembléia acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **IV – Mesa:** IV.1. Assumiu a presidência da mesa diretora dos trabalhos o Membro do Conselho de Administração Sr. José Carlos Torres Hardman, o qual convidou a mim, Mariana Barreto Rezende de Oliveira, para servir de secretária, ficando assim composta a mesa. **V – Ordem do dia:** V.1. aprovar a alteração do objeto social da Companhia; V.2. aprovar a inclusão de duas novas alíneas ao parágrafo 5º, do artigo 5º, do estatuto social da Companhia; V.3. aprovar a alteração dos §§ 2º e 3º, do artigo 16, do estatuto social da Companhia; V.4. aprovar a emissão pela Companhia e deliberar sobre os termos e condições da distribuição da 2ª emissão pública de 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória prestada pela Docas Investimentos S.A. ("Interveniente Garantidora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), em série única, no montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Debêntures"); V.5. autorizar a prática pela administração da Companhia de todo e qualquer ato necessário à formalização da emissão deliberada no item (iii) acima; V.6. autorizar a Companhia a tomar empréstimo junto ao Banco Fator S.A. e autorizar seus administradores a praticar todos os atos necessários à formalização do empréstimo; e V.7. autorizar os administradores da Companhia a promover o segundo aditamento à escritura particular de emissão de 1.000 (mil) debêntures não conversíveis em ações da Companhia, celebrada em 20 de fevereiro de 1998, e registrada em 1º de abril de 1998 perante o 7º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1.948. **VI – Deliberações aprovadas por unanimidade dos presentes:** VI.1. foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia, de forma que o artigo 3º do estatuto da Companhia passa a vigorar

Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

com a seguinte redação, mantido inalterado o seu respectivo parágrafo único: "Artigo 3º - A companhia tem por objeto exclusivo (a) emitir valores mobiliários, especialmente debêntures simples, subordinadas, destinadas a distribuição pública no mercado de valores mobiliários, e (b) aplicar ou utilizar os recursos provenientes da colocação de tais valores mobiliários no mercado para (1) a aquisição de direitos creditórios de que seja titular a Inepar S.A. Indústria de Construções ("Inepar") em decorrência do contrato número 0039231001, celebrado entre a Inepar e a Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Metrô"), compreendendo os direitos creditórios derivados do fornecimento e transporte da energia rebaixada, assim como o relativo à indenização que a Metrô estará obrigada a pagar à Inepar nas hipóteses previstas no mencionado contrato 0039231001; ou (2) o resgate de outros valores mobiliários emitidos pela companhia".

VI.2. foi aprovada a inclusão das alíneas (o) e (p) ao parágrafo 5º, do artigo 5º, do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados o seu respectivo *caput* e os demais parágrafos: "§ 5º - Depende de aprovação da maioria dos titulares de ações preferenciais "CLASSE A" reunidos em assembléia especial, nos termos do parágrafo único do artigo 18, da Lei nº 6.404/76, qualquer deliberação e/ou qualquer alteração estatutária relativa às seguintes matérias: (...) o) alteração pela sociedade das características da 2ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória prestada pela Docas Investimentos S.A.; e p) realização de novas emissões de valores mobiliários que confirmam aos titulares de tais valores mobiliários prioridade (i) no reembolso de capital sem prêmio, e/ou (ii) no recebimento de dividendos, em detrimento dos acionistas detentores de ações preferenciais de "CLASSE A".

Nos termos do estatuto social da Companhia, a inclusão das alíneas (o) e (p) ao parágrafo 5º, do artigo 5º, do estatuto social, foi previamente aprovada em assembléia especial de acionistas detentores de ações preferenciais "CLASSE A" de emissão da Companhia, realizada nesta mesma data.

VI.3. foi aprovada a alteração dos §§ 2º e 3º, do artigo 16, do estatuto social, que passam a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados o *caput* e o parágrafo primeiro: "§2º - A companhia não pode assumir qualquer outra forma de endividamento - exceto as emissões de debêntures referidas nos §§ 5º, alínea "o" e 6º e 7º do art. 5, deste estatuto - que ultrapasse o limite global de R\$1.500.00000 (um milhão e quinhentos mil reais), corrigidos monetariamente, mês a mês, pela variação do IGP-DI (Índice Geral Preços - Coluna 2 - Disponibilidade Interna), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Cada operação não poderá ser contratada com prazo de pagamento superior a 120 (cento



Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

e vinte) dias, limitado o endividamento global ao montante de aplicações financeiras da companhia, como disposto no §1º deste artigo. § 3º – Excetua-se ao parágrafo anterior o endividamento da companhia, no valor de até R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), contraído perante o Banco Fator S.A., conforme autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2007". VI.4. foi aprovada a emissão pela Companhia e os termos e condições da distribuição pública da 2ª emissão pública de debêntures, com as seguintes características ("Debêntures"): (a) quantidade total de Debêntures: 50.000 (cinquenta mil); (b) valor nominal unitário: R\$1.000,00 (mil reais); (c) valor total da emissão: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão; (d) número de séries: série única; (e) forma, conversibilidade e espécie: nominativas, escriturais, não conversíveis em ações e da espécie com garantia real; (f) garantia real: para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, a Companhia constituirá penhor sobre direitos creditórios derivados do fornecimento e transporte de energia rebaixada, assim como daqueles relativos à indenização que a Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Metrô") estará obrigada a pagar à Inepar S.A. Indústria de Construções ("Inepar") nos termos do Contrato 0039231001 ("Contrato") celebrado entre ambas as partes e os direitos creditórios de titularidade da Companhia contra instituições financeiras nos quais sejam depositados os recursos decorrentes de pagamentos sob o Contrato; (g) garantia adicional: como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Interveniante Garantidora prestará fiança em favor dos debenturistas, obrigando-se como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores que serão devidos nos termos da escritura de emissão; (h) data de emissão: 15 de agosto de 2007 ("Data de Emissão"); (i) prazo: 80 (oitenta) meses e 27 (vinte e sete) dias, contados a partir da data de emissão; (j) data de vencimento: 12 de maio de 2014; (l) preço de subscrição e forma de integralização: as Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros calculados nos termos do item (m) abaixo, desde a data de emissão até a da efetiva subscrição e integralização. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional no ato da subscrição; (m) remuneração: as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP- Câmara de Liquidação e Custódia, capitalizada de um spread ou sobretaxa de até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da data de

H

Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios"); (n) periodicidade de pagamento: mensal, em conformidade com cronograma a ser definido na escritura de emissão, com período de carência de 2 meses, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios ocorrerá em 10 de outubro de 2007; (o) atualização do valor nominal: não haverá atualização do valor nominal das Debêntures; (p) amortização programada: as Debêntures serão amortizadas em 78 (setenta e oito) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de novembro de 2007 e a última na data de vencimento, de acordo com os valores e datas a serem previstos em cronograma de amortização a ser definido na escritura de emissão; (q) repactuação: não há; (r) resgate antecipado: a Companhia poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das debêntures mediante (i) deliberação do Conselho de Administração; (ii) publicação de aviso nos termos da escritura de emissão, informando: (a) data; (b) volume ou número de debêntures que pretende resgatar; e (c) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e (iii) pagamento do valor nominal unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da última data de pagamento de remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de prêmio de reembolso. O resgate parcial, se houver, será realizado mediante sorteio coordenado pelo agente fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. Para as Debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á conforme regulamento do Sistema Nacional de Debêntures – SND. As Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Companhia; (s) vencimento antecipado: as Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas, na forma a ser estabelecida na escritura de emissão das Debêntures, sendo exigível da Companhia o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, bem como de encargos moratórios, se houver; (t) procedimento de distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela Associação das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e sistema de negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BOVESPA, sendo os títulos custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, com tratamento justo e eqüitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a

H



obtenção do registro da Emissão na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição; (s) negociação: as Debêntures serão registradas para negociação no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e sistema de negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, sendo os títulos custodiados na CBLC; (t) distribuição parcial: não haverá quantidade ou valor mínimo de colocação para efetivação da Emissão. Os aceitantes da oferta poderão, no ato de aceitação, condicionar sua adesão à colocação integral das Debêntures ou à colocação de proporção ou quantidade mínima de Debêntures; e (u) fundo de amortização: será constituído fundo de amortização nos termos da escritura de emissão. VI.5. autorizar a prática pela administração da Companhia de todo e qualquer ato necessário à formalização da emissão deliberada no item 6 (iv) acima, inclusive, mas não somente: (i) celebrar escritura de emissão, de acordo com as condições determinadas por esta Assembléia e outras que os administradores entendam necessárias; (ii) contratar agente fiduciário, banco mandatário e escriturador das Debêntures, fixando-lhes honorários; (iii) contratar agência de classificação de risco; e (iv) contratar instituições financeiras para intermediar a colocação pública das Debêntures, podendo, para tanto, celebrar o respectivo contrato de distribuição, ajustando cláusulas e condições, bem como fixar-lhe remuneração; VI.6. aprovar a contratação de empréstimo junto ao Banco Fator S.A., no valor de até R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), autorizando também os administradores a praticar todos os atos necessários à formalização do empréstimo; VI.7. autorizar os administradores da Companhia a promover o segundo aditamento à escritura particular de emissão de 1.000 (mil) debêntures não conversíveis em ações da Companhia, com vistas a alterar a redação do seu item 14 que, passará a vigorar com a seguinte redação: *"Resgate Antecipado Facultativo: 14.1 As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da Emissora, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento (i) do principal atualizado, calculado pro rata temporis, (ii) de rendimentos a que as debêntures fizerem jus até a data do resgate, e (iii) de prêmio de resgate antecipado, sendo que o pagamento deste último deverá ser expressamente aprovado pelo Conselho de Administração da Emissora. 14.2. Ao resgate antecipado facultativo se aplica o disposto nos itens 11.7 e 11.8"*; e VI.8. em

H

Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

virtude das alterações acima, foi deliberada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata como seu Anexo I. **VII – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes. **VIII – Assinaturas:** Assinam a presente ata os acionistas: Phidias S.A., Ronaldo Carvalho da Silva, Wellington Ferreira Pinho e José Carlos Torres Hardman. **IX – Conclusão:** Certificamos que a presente ata foi lavrada sob a forma de sumário, segundo os termos do artigo 130 da Lei nº 6.406/76, cujo original foi lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembléias Gerais da Companhia, ficando autorizada a sua publicação.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2007


JOSÉ CARLOS TORRES HARDMAN
 Presidente


MARIANA BARRETO REZENDE DE OLIVEIRA
 Secretária

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: SUBESTACAO ELETROMETRO S/A
 Nire: 33.3.0016632-1
 Protocolo: 00-2007095446-6 - 08/07/2007
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 09/07/2007. E.O. REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ANEXO
 00001712012
 DATA: 09/07/2007

23. Ofício de Notas-PAULIZ – Notário: GUILHERME
 Av. Nilo Pecanha, 26- LUGA A – RJ – Tel: 2503-5000 – Rec.nr 80000000-0
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
 JOSE CARLOS TORRES HARDMAN
 MARIANA BARRETO REZENDE DE OLIVEIRA
 Rio de Janeiro, 06/07/2007 as 12:43:52. Em ATOS de Notário da Verdade.
 DENILSON MAGALHÃES SOUZA FERNANDES ADUNIZANO-DENILSON



Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL
DE
SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ SA.

CAPÍTULO 1
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelos usos do comércio, por este estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A companhia tem sede e foro na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Moncorvo Filho Nº 66, 201 (parte), Centro, CEP 20211-340, podendo, a critério da diretoria, criar e extinguir filiais, agências e escritórios em quaisquer praças do país e do exterior.

Artigo 3º - A companhia tem por objeto exclusivo (a) emitir valores mobiliários, especialmente debêntures simples, subordinadas, destinadas a distribuição pública no mercado de valores mobiliários, e (b) aplicar ou utilizar os recursos provenientes da colocação de tais valores mobiliários no mercado para (1) a aquisição de direitos creditórios de que seja titular a Inepar S.A. Indústria de Construções ("Inepar") em decorrência do contrato número 0039231001, celebrado entre a Inepar e a Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Metrô"), compreendendo os direitos creditórios derivados do fornecimento e transporte da energia rebaixada, assim como o relativo à indenização que a Metrô estará obrigada a pagar à Inepar nas hipóteses previstas no mencionado contrato 0039231001; ou (2) o resgate de outros valores mobiliários emitidos pela companhia.

Parágrafo único: A companhia não pode participar de grupo de sociedades.

Artigo 4º – O prazo de duração da companhia é de 99 anos.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social, totalmente integralizado é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dividido em 2.000 (duas mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.800 (mil e oitocentas) ações ordinárias, 100 (cem) ações preferenciais “CLASSE A” e 100 (cem) ações preferenciais “CLASSE B”.

§1º – Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembléia geral. As ações preferenciais de ambas as classes não têm direito de voto, salvo, quanto às ações preferenciais “CLASSE A”, o direito de deliberar sobre as matérias previstas no §5º deste artigo, e no §1º, do art.8º.

§2º – As ações preferenciais de “CLASSE A” fazem jus a: (i) prioridade no reembolso de capital sem prêmio e (ii) prioridade no recebimento de um dividendo fixo cumulativo equivalente a R\$ 0,01 (hum centésimo de real) por ação;

§3º – As ações preferenciais de “CLASSE B” fazem jus a dividendos 90% (noventa por cento) maiores do que aqueles atribuídos às ações ordinárias.

§4º – Quaisquer emissões de novas ações, decorrentes de subscrições, desdobramentos ou bonificações, serão efetivadas apenas em ações ordinárias e ações preferenciais “CLASSE B”, vedada a emissão de novas ações preferenciais “CLASSE A”.

§5º – Depende de aprovação da maioria dos titulares de ações preferenciais “CLASSE A” reunidos em assembléia especial, nos termos do parágrafo único do artigo 18, da Lei Nº. 6.404/76, qualquer deliberação e/ou qualquer alteração estatutária relativa às seguintes matérias:

- a) objeto social (art. 3º);
- b) necessidade de aprovação prévia das ações preferenciais “CLASSE A”, nos casos previstos neste artigo;
- c) estrutura e valor do capital social, inclusive em caso de incorporação, fusão ou cisão (art. 5º);
- d) pedido de Concordata e/ou confissão de falência;

Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

- e) restrição às aplicações das disponibilidades financeiras da companhia e aos seus limites de endividamento (§1º e 2º do art. 16);
- f) política de dividendos e formação de reservas (art. 28);
- g) alteração dos §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 5º do estatuto;
- h) redução do prazo de duração da sociedade e/ou sua dissolução antecipada (art. 4º);
- i) alteração do §1º do art. 16 do estatuto, no tocante à definição de instituições financeiras ali relacionadas;
- j) alteração do limite anual para gastos/despesas administrativas e de manutenção da sociedade;
- m) alteração do disposto no art. 8º deste estatuto social;
- n) alienação e/ou cessão de quaisquer ativos da Companhia, bem como a possibilidade de contrair novas dívidas ou alteração das pré-existentes;
- o) alteração pela sociedade das características da 2ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória prestada pela Docas Investimentos S.A.; e
- p) realização de novas emissões de valores mobiliários que confirmam aos titulares de tais valores mobiliários prioridade (i) no reembolso de capital sem prêmio, e/ou (ii) no recebimento de dividendos, em detrimento dos acionistas detentores de ações preferenciais de 'classe a'.

§6º – A companhia está autorizada a deliberar a emissão de debêntures simples subordinadas, que, observadas as regras legais e regulamentares vigentes, serão destinadas à distribuição pública no mercado de valores mobiliários, em montante total limitado ao valor global descontado dos direitos creditórios decorrentes do contrato nº 0039231001 (celebrado entre a INEPAR S.A. e a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ), cuja aquisição constitui um dos objetivos da companhia.

§7º – A companhia também está autorizada a deliberar uma emissão particular de debêntures simples - subordinadas inclusive às debêntures referidas no §6º do art. 5º deste estatuto, que assegurem aos seus titulares apenas uma participação nos

lucros sociais, e que venham a se vencer após o vencimento das debêntures referidas no §6º, do art. 5º, deste estatuto.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 6º – A administração da companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste estatuto.

§1º – A remuneração mensal global da administração, bem como quaisquer despesas administrativas, aí incluídos os custos relativos ao CETIP (Central de Títulos Públicos), à Comissão de Valores Mobiliários com relação à taxa de fiscalização, exceto as oriundas direta ou indiretamente da emissão das debêntures de que trata o §6º do art. 5º, tais como, remuneração dos serviços prestados pelo Agente Fiduciário e Auditores, o registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, despesas com as publicações legais, custos correspondentes à coordenação, estruturação, garantia e colocação pública das debêntures, não poderão ultrapassar o limite anual acumulado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando-se, para esse fim, os valores corrigidos mensalmente, tanto de despesas quanto de limite, pela variação do IGP-DI (Índice Geral Preços - Coluna 2 - Disponibilidade Interna), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Artigo 7º – É vedada à administração da companhia a utilização da prerrogativa constante do parágrafo único do art. 122, da Lei Nº. 6.404/76, devendo o pedido de concordata ou a confissão de falência ser previamente autorizado pela assembléia geral dos acionistas, convocada para esse fim, observado o disposto no art. 5º supra.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º – O Conselho de Administração da companhia é composto de 3 (três) conselheiros, eleitos pela assembléia geral, com mandato de um ano, todos

Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

10

acionistas, residentes no País, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos; do mesmo modo, havendo destituição de membro do Conselho de Administração, o conselheiro destituído permanecerá no exercício do cargo até a investidura de seu substituto.

Artigo 9º – O presidente do Conselho de Administração, a quem cabe convocar as reuniões do Conselho, é eleito pelos seus pares.

§1º – O Presidente do Conselho de Administração tem, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação.

§2º – O Conselho de Administração delibera por maioria de votos.

Artigo 10 – O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria dos conselheiros, com a presença de, pelo menos, dois conselheiros.

Parágrafo único – Todas as resoluções ou deliberações serão lavradas em forma de sumário ou por extenso como couber, no livro de “Atas das Reuniões do Conselho de Administração”.

Artigo 11 – A ata da reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente ou que devam surtir efeitos perante terceiros.

Artigo 12 – Em caso de vacância do cargo de conselheiro o substituto deverá ser eleito em assembléia geral dos acionistas, a ser imediatamente convocada.

Artigo 13 – Compete ao Conselho de Administração:

I – estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da companhia;

II – convocar a assembléia geral ordinária, e, quando necessário, a assembléia geral extraordinária;

III – eleger e destituir os Diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições;

Ata da 13ª Assembléia Geral Extraordinária

IV – manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício;

V – fiscalizar a gestão dos Diretores;

VI – examinar atos, livros, documentos e contratos da companhia;

VII – propor alteração do capital social à assembleia geral;

VIII – escolher e destituir os auditores independentes;

IX – exercer outras atribuições legais ou que sejam conferidas pela assembleia geral;

X – zelar para que seja elaborado, quando entender necessário, relatório técnico preparado por empresa qualificada sobre as condições técnicas e operacionais da subestação operada pela INEPAR S.A. em razão do Contrato 003923100, avaliando as Perspectivas de continuidade operacional, e da segurança da referida Subestação;

XI – propor a alteração da relação de instituições financeiras nomeadas no artigo 16, §1º deste estatuto, sempre que a segurança das aplicações das disponibilidades financeiras da companhia estiver ameaça ou afetada;

XII – deliberar Sobre a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de valores mobiliários emitidos pela companhia nas hipóteses previstas no art. 172, da Lei Nº. 6404/76.

SEÇÃO II DIRETORIA

Artigo 14 – A Diretoria é composta de 2 (dois) membros sendo um deles o “Diretor Geral e de Relações com o Mercado e o outro “Diretor Gerente”, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§1º – O prazo de gestão de cada Diretor será de um ano, permitida a recondução.

§2º – Findo o prazo da gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a escolha dos novos administradores.

Ata da 13ª Assembleia Geral Extraordinária

Artigo 15 – Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o Substituto, que completará o mandato.

Artigo 16 – Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da companhia, respeitadas as restrições constantes deste estatuto.

§1º – As disponibilidades financeiras de curto e médio prazo da companhia só podem ser aplicadas em instituições integrantes dos conglomerados financeiros a seguir nomeados, incluídos os fundos de aplicações financeiras geridos por essas instituições e que apliquem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) de sua Carteira em renda fixa: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Unibanco - União de Banco Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., Citibank N.A., Deutsche Bank, Lloyds Bank Plc., Banco de Boston S.A., Banco Chase S.A., ABN-Amro Bank, Banco Sudameris do Brasil S.A. O volume total de recursos aplicados em cada uma das instituições não pode ultrapassar, por mais de 30 (trinta) dias, 10% (dez por cento) do saldo captado pela companhia em debêntures de que trata o §6º do art. 5º deste estatuto.

§2º – A companhia não pode assumir qualquer outra forma de endividamento – exceto as emissões de debêntures referidas nos §§ 5º, alínea “o” e 6º e 7º do art. 5, deste estatuto – que ultrapasse o limite global de R\$1.500.00000 (um milhão e quinhentos mil reais), corrigidos monetariamente, mês a mês, pela variação do IGP-DI (Índice Geral Preços – Coluna 2 – Disponibilidade Interna), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Cada operação não poderá ser contratada com prazo de pagamento superior a 120 (cento e vinte) dias, limitado endividamento global ao montante de aplicações financeiras da companhia, como disposto no §1º deste artigo.

§ 3º – Excetua-se ao parágrafo anterior o endividamento da companhia, no valor de até R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), contraído perante o Banco Fator S.A., conforme autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2007

Artigo 17 – Compete a cada Diretor, entre outras, das seguintes atribuições:

A – ao Diretor-Geral e de Relações com o Mercado:

I – presidir e convocar as reuniões de Diretoria;



II – cumprir e fazer cumprir o estatuto, as deliberações das assembléias gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria

III – manter a permanente Coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração;

IV – prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores mobiliários – CVM e, caso a companhia tenha registro em bolsa de valores, às bolsas, bem como manter atualizado o registro da companhia (arts. 13, 16 e 17 da Lei Nº. 6.385/76).

B – Ao Diretor-Gerente compete comparecer às reuniões de Diretoria e colaborar eficazmente com o Diretor-Geral na gestão da sociedade

Artigo 18 – A representação ativa e passiva da companhia, em atos e operações que envolvam a responsabilidade dela, é privativa dos dois Diretores.

Artigo 19 – Nos limites de suas atribuições, dois Diretores poderão constituir procuradores ou mandatários para, em conjunto com um Diretor, representar a companhia e praticar os atos e operações que forem especificados nos respectivos instrumentos, que sempre particularizarão os poderes e o prazo de duração do mandato.

Artigo 20 – Exceção feita às procurações "ad judícia", todas as demais não podem ter validade excedente a um ano, prazo esse coincidente com o término do mandato da Diretoria. As procurações Outorgadas a empregados da companhia cessarão com o término do contrato de trabalho celebrado com o outorgado.

CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 21 – O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não é permanente, terá, quando instalado na forma da lei, 3 (três) membros efetivos e igual número de Suplentes.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal terá as atribuições que a lei lhe confere. Os membros do Conselho Fiscal, eleitos pela assembléia geral ordinária, terão mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.



CAPÍTULO V ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 22 – A assembleia geral ordinária reúne-se anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao termino do exercício social e a assembleia geral extraordinária sempre que a lei e os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas.

Parágrafo único – Previamente à realização de uma assembleia geral, na qual se pretenda deliberar sobre qualquer das matérias mencionadas no §5º do art. 5º, o Presidente do Conselho de Administração comunicará o teor da ordem do dia da referida assembleia aos titulares de ações preferenciais “CLASSE A” para os efeitos previstos no citado §5º do art. 5º.

Artigo 23 – Podem tomar parte na assembleia geral as pessoas que provarem sua condição de acionista, mediante o registro das ações em nome do acionista nos livros da companhia até três dias antes da data marcada para a realização da assembleia geral.

Artigo 24 – As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto no §5º do art. 5º, deste estatuto serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computados os Votos em branco.

Artigo 25 – Antes de instalar-se a assembleia, os acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade, residência e a quantidade das ações de que sejam titulares.

Artigo 26 – A assembleia geral é instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho, devendo os acionistas escolherem o presidente e o secretário da mesa que dirigirá os trabalhos.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 27 – O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. No encerramento do exercício, devem ser elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se quanto à distribuição do resultado apurado, as

Ata da 13ª Assembleia Geral Extraordinária

seguintes regras:

I – do resultado do exercício serão deduzidos, em primeiro lugar, os prejuízos acumulados;

II – a seguir, 99% (noventa e nove por cento) do resultado remanescente serão destinados ao pagamento da participação nos lucros atribuída às debêntures que tenham assegurado tal direito;

III – do resultado do exercício que remanescer, será constituída provisão para o pagamento do imposto de renda, pelo montante que for devido a este título;

IV – o lucro líquido então apurado terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

b) o saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei Nº. 6.404/76, será integralmente destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, determinado na forma dos §§2º, 3º do art. 50, deste estatuto, a ser atribuído a todas as ações da companhia, de qualquer espécie ou classe.

§1º – A companhia não distribuirá dividendos intermediários, pagando o dividendo mínimo obrigatório anual na data da assembléia geral ordinária.

§2º – Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a companhia levantará balancetes mensais, podendo efetuar o pagamento da participação no resultado ali apurado às debêntures com participação nos lucros, desde que a companhia esteja em dia com quaisquer obrigações perante os titulares de debêntures de emissão pública e que seja mantida uma disponibilidade de recursos financeiros suficiente para atender aos desembolsos previstos para o período de 30 (trinta) dias subsequente.

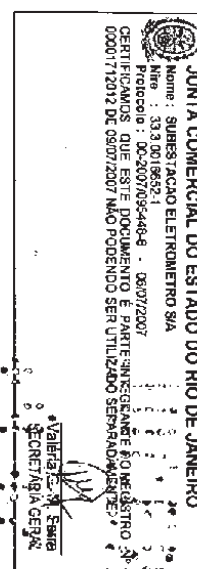
CAPITULO VII

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 28 – A companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei.



Parágrafo único – O Conselho de administração nomeará o liquidante, a assembleia geral determinará o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal, ou manterá o já existente, que deve funcionar durante o período de liquidação.



Ata da 13ª Assembleia Geral Extraordinária